



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**AURENI ALVES FIGUEIREDO**

**COTIDIANO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**PATOS-PB**

**2014**

**AURENI ALVES FIGUEIREDO**

**COTIDIANO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Ms Gabriela Tavares dos Santos

PATOS-PB

2014

---

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383c Figueiredo, Aurení Alves  
Cotidiano escolar e práticas pedagógicas [manuscrito] : /  
Aurení Alves Figueiredo. - 2014.  
25 p.  
  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da  
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância, 2014.  
"Orientação: Profa. Ma. Gabriela Tavares dos Santos,  
Departamento de Educação".  
  
1. Práticas pedagógicas .2. Ensino aprendizagem. 3.  
Contexto escolar. 4. Professor. I. Título.  
21. ed. CDD 371.3

**AURENI ALVES FIGUEIREDO**

**COTIDIANO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 19/07/2014.



Prof.ª Dr.ª Gabriela Tavares dos Santos / UEPB  
Orientadora

Wanda Izabel M. de L. Marsiglia  
Prof.ª MSc. Wanda Izabel Monteiro de Lima Marsiglia / UEPB  
Examinadora



Prof.ª Dr.ª Djane de Fátima Oliveira / UEPB  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida e por todas as oportunidades que tem me dado, tanto na trajetória acadêmica como, na formação profissional.

A professora, orientadora e amiga Gabriela Tavares dos Santos por toda sua força, incentivo, paciência e estímulo cativante a aprendizagem.

Aos amigos e companheiros do Curso de Pós- Graduação que me ensinaram muito a partir das experiências trocadas em sala de aula e me incentivaram a continuar até o fim.

*Dedico este trabalho a todos que educam para a convivência e o respeito à diversidade cultural.*

*Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!*  
Paulo Freire

## RESUMO

O presente estudo visa compreender a formação das diferentes práticas pedagógicas ao longo da história e suas contribuições no processo ensino-aprendizagem, buscando um entendimento social e histórico aos quais a educação foi sendo moldada e adaptada. No primeiro tópico algumas ideias são elaboradas sobre o conceito de prática pedagógica. Em seguida foi apresentada a evolução das práticas pedagógicas no Brasil através de um resgate histórico. Na terceira temática serão abordadas as principais tendências pedagógicas para que os profissionais da educação possam distinguir melhor cada uma delas, relacionando-as com elementos sociais dos quais irá construir sua trajetória política-pedagógica, tendo a teoria como parte integrante da sua própria prática. Por último será discutido o papel do educador frente ao desafio contemporâneo de ensinar, onde o mesmo será mais que um mediador do conhecimento adquirido pelos alunos na vivência social, e sim um provocador e contribuinte na formação de cidadãos críticos e autônomos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas pedagógicas. Educação. Ensino aprendizagem. Contexto escolar.



## **ABSTRACT**

This study aims to understand the formation of the different pedagogical practices throughout history and their contributions to the teaching-learning process, seeking a social and historical understanding to which education was being shaped and adapted. In the first few topic ideas are developed on the concept of pedagogical practice. Then the development of teaching practices in Brazil was presented through a historical review. The third theme will discuss the main pedagogic tendencies for education professionals can better distinguish each of them, relating them to social elements of which will build its political-pedagogical trajectory, taking the theory as part of their own practice. Finally discussed the role of the educator in the contemporary challenge of teaching, where it will be more than a mediator of the knowledge acquired by students in social life, but a provocative and contributor in the formation of critical and autônimos citizens.

**WORDS-KEY:** Pedagogical practices. Education. Teaching and learning. School context.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>11</b>
2.1 O QUE É PRÁTICA PEDAGÓGICA? .....	11
2.1.1. A evolução das práticas pedagógicas: um resgate histórico. ....	12
2.2 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS .....	16
2.3 O PAPEL DO EDUCADOR NO CONTEXTO ESCOLAR .....	19
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	22
3.2 ETAPAS DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO .....	22
3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	22
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>23</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade bem como o desenvolvimento educacional demanda políticas educacionais de forma crescente, em que haja a aliança entre a teoria e a prática. Assim, torna-se necessário que a prática pedagógica seja condição de grande relevância para que se possa ofertar aos indivíduos/educandos que se encontram matriculados nos âmbitos escolares, métodos de ensino e/ou projetos pedagógicos que incentivem a criatividade e favoreçam a aprendizagem significativa. Portanto essa pesquisa tem o seguinte questionamento: Quais as práticas pedagógicas que mais contribuíram ao longo da história para processo ensino aprendizagem?

É de suma importância refletir sobre a prática pedagógica desempenhada cotidianamente, primeiro porque muitos mantêm enraizadas as características do ensino tradicional, em segundo lugar, pelo fato de não saberem quais recursos metodológicos se ajustam satisfatoriamente à prática pedagógica por eles aplicada na sala de aula.

O principal objetivo deste trabalho é Compreender a formação das diferentes práticas pedagógicas ao longo da história e suas contribuições no processo ensino aprendizagem, tem como objetivos específicos conhecer a evolução das práticas pedagógicas ao longo da história da educação, reconhecer as tendências pedagógicas utilizadas pelo o professor em sala de aula e despertar no profissional da educação a criatividade, utilizando os seus conhecimentos teóricos e críticos para inovar sua prática pedagógica.

Assim a justificativa para a escolha do tema: Cotidiano escolar e Práticas Pedagógicas partiram das inquietações enquanto educadora e gestora escolar ao observar algumas contradições na prática pedagógica dos professores, visto que os mesmos precisam melhor refletir sobre suas práticas visando sempre contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

Por este motivo o presente trabalho é de bastante relevância para a formação dos docentes, pois permitirá refletirem sobre sua práxis e aprofundamento teórico com intuito de superar as dificuldades e poder acompanhar os avanços dos educandos, proporcionando assim a construção do seu conhecimento.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O QUE É PRÁTICA PEDAGÓGICA?

Prática é a execução repetida de um trabalho com a finalidade de adquirir habilidade. Para Freire (1979, p. 40) "[...] a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo". Portanto, a prática é a ação para transformação. A prática pedagógica como qualquer outra atividade, necessita de estudos sucessivos, de pesquisa, de embasamento e de renovação para que o profissional do ensino cause mudanças sociais através do seu trabalho.

Para muitos docentes a prática não exige teoria, basta ser praticada, o equívoco está exatamente neste ponto, considerando que existe uma interdependência entre a teoria e a prática, uma relação que acontece em torno da contradição, onde uma não existe sem a outra. E o que é teoria? Freire (1979) destaca que teoria é um princípio de inserção do homem na realidade, existindo nela, conseqüentemente promove sua concepção da vida social e política. Portanto, para Paulo Freire a relação teoria x prática é uma reflexão teórica, uma atitude do homem face ao homem e do homem face à realidade.

A prática pedagógica é uma prática social orientada por objetivos, conhecimentos e finalidades e inserida no contexto da prática social (VERA, 2010). Já para Silva (2010) a prática pedagógica ultrapassa os limites da esfera escolar, fazendo parte também da dinâmica das relações sociais. Para Leal (2004, p.2) “[...] a prática pedagógica constitui uma das categorias fundamentais da atividade humana, rica em valores e significados, pois a questão metodológica se torna, muitas vezes, tão essencial quanto o conhecimento.”

A prática pedagógica é composta por atividades desenvolvidas rotineiramente no cenário escolar, tendo como agentes envolvidos o professor e o aluno. De acordo com Pavão e Gomes (2010, p.16):

A atividade pedagógica implica sempre em um movimento de trocas entre professor, alunos e conteúdos de ensino. A organização do sistema de ensino repercute em uma proposta organizada e apresentada aos alunos. Considerada como a proposta ideal ou apenas inicialmente ideal, a partir da qual decorrem as demais ações educacionais.

É importante lembrar que a prática pedagógica nem sempre alcançará os objetivos determinados pelo planejamento inicial, porém pode-se considerar que independentemente dos resultados, haverá algum tipo de aprendizagem por parte dos envolvidos.

Uma das grandes incertezas do profissional da educação está na dicotomia teoria x prática. Paulo Freire, grande educador, compreende que a teoria é um mecanismo de inserção do homem na realidade, existindo nela, ele mesmo promove suas concepções de vida social e política: Portanto, enfatiza o caráter transformador da teoria, o qual envolve uma reflexão crítica da realidade. Já a prática, é percebida como a ação do homem sobre o mundo a fim de transformá-lo.

É preciso que fique claro que, por isto mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão e ação se dão Simultaneamente. (FREIRE, 1987, p. 149)

Portanto, não há como dissociar a teoria da prática, as duas simplesmente não se separam, e são elas que atribuem um caráter libertador ao saber. O educador deve ter consciência do poder de suas ações no meio educacional, elas podem adquirir um caráter opressor ou transformador, isso dependerá dos valores sociais e morais implícitos que este profissional transmitirá aos educandos. A educação é uma forma de intervir na realidade, Freire (1979) enfatiza que o ato pedagógico é uma ação que cria um conhecimento do mundo.

Cada autor conceitua prática pedagógica de acordo com seu conhecimento curricular e de mundo, já cada educador aplica aquilo que entende corresponder às suas expectativas e suprir também a dos educandos.

Resumindo as diversas definições, entende-se por prática pedagógica, a maneira pela qual os educadores inserem elementos no planejamento de rotina, que propiciem uma ligação de sucesso entre a teoria, a prática e a experiência individual de cada educando, estimulando a busca por respostas dos problemas mais desafiadores, levando-o a um posicionamento crítico frente à realidade. Agora que as definições de prática pedagógica já foram lapidadas, compreende-se melhor a evolução da prática pedagógica, analisando as diferentes configurações que vem assumindo no decorrer da história da educação.

### **2.1.1. A evolução das práticas pedagógicas: um resgate histórico.**

A evolução das práticas pedagógicas no Brasil se confunde com a história da educação brasileira, as várias feições assumidas pelas diferentes práticas estão relacionadas aos

acontecimentos de cada época, às organizações políticas e às aspirações sociais. Por este motivo, será feito um breve relato do histórico da educação no Brasil.

A história da educação brasileira remonta ao período colonial e é marcada por uma série de rupturas. Os primeiros atos pedagógicos foram introduzidos no Brasil pelos jesuítas, que seguiram aplicando tais métodos durante 210 anos em território nacional (1549 a 1749). Suas práticas pedagógicas eram voltadas à pregação da fé e alfabetização da população indígena, contudo, não se limitaram apenas a isso, também mantinham curso de letras, filosofia, teologia e ciências sagradas (BELLO,2001).

Os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Em 1759 Pombal criou as aulas régias de Latim, Grego e Retórica e a Diretoria de Estudos. Logo após, com a instalação da família real portuguesa no Brasil, houve mais uma ruptura. A partir desse momento foram criados as Academias Militares, as Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Essas instituições marcaram o início de um novo tempo na educação brasileira, tornando-a muito mais complexa.

Em 1824 é outorgada a primeira constituição brasileira, onde o artigo 179, em especial, foi destinado à educação e continha o seguinte texto: a "*instrução primária é gratuita para todos os cidadãos*". No entanto, fazia referências genéricas a respeito de colégios e universidades que ministravam Ciências, Belas Artes e Letras. Quanto à Constituição de 1891, Reis (2011, p.23) explica que:

[...] facultou, em seus artigos, atribuições aos Estados brasileiros para que organizassem seus sistemas educacionais, dentro das normas constitucionais previstas, cabendo à União poderes específicos para legislar sobre organização municipal do Distrito Federal, bem como, sobre o ensino superior. Ao Congresso foi atribuído, mas não privativamente, a criação de instituições de ensino secundário nos Estados e a competência de prover sobre a instrução secundária no Distrito Federal.

A revolução de 1930 provocou um grande sentimento de renovação na educação. Nesse mesmo ano foi instituído o Ministério da Educação e Saúde, posteriormente o governo aprova decretos que disciplinam as reformas dos ensinos secundário e superior (REIS, 2011).

A Constituição de 1934 expõe em seu Título V, "Da família, da educação e da cultura", a regulamentação da educação, deixando claro que se trata de um direito de todos, estendendo responsabilidades à família e ao Poder Público. Na Constituição de 1937, assume-se um caráter centralizador, sugerindo que a orientação político-educacional seja em prol da capacitação de mão de obra, visando atender as necessidades do mercado capitalista, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional (BELLO, 2001).

Criou-se o INEP, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, marcando a expansão do Ministério da Educação e Saúde. Tinha como função, auxiliar os Estados no ensino primário. Em 1942 surge a Lei Orgânica do Ensino Secundário ou Reforma Capanema que instituiu dois ciclos, um secundário de quatro anos, e um segundo ciclo, de três anos, apresentando duas opções: curso clássico ou científico (REIS,2011).

A Constituição de 1946 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário e atribuiu à União a responsabilidade de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse mesmo ano é formada uma comissão com o intuito de elaborar um projeto de reforma geral da educação nacional. Essa comissão dividia-se em três subcomissões: uma para o ensino primário, uma para o médio e uma para o superior (BELLO, 2001).

Após muitos debates entre as diferentes correntes educacionais, finalmente é promulgada a Lei 4.024 de 1961, constituindo-se na primeira lei a tratar exclusivamente sobre a educação no Brasil, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mais tarde em 1962, são criados o Conselho Federal de Educação e o Plano Nacional Educação (PNE).

É durante a ditadura militar que é instituída uma nova LDB, a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, também denominada de “reforma passarinho”, com alterações propostas pelo Congresso Nacional à Lei 4.024 de 1961. Enfatizou um caráter profissionalizante para a formação educacional.

Com a promulgação da Constituição de 1988, surge um novo projeto de lei,impulsionado pelo Deputado Octávio Elísio para a uma nova LDB. Mas somente em 1992 ele é apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, sua aprovação origina a LDB que vigora até os dias atuais, a Lei 9.394/96.

A educação brasileira vem percorrendo caminhos tortuosos, sendo altamente influenciada pela classe dominante, importaram pensamentos europeus, e poucos tinham o privilégio de ter acesso a ela. As práticas pedagógicas inserem-se nesse contexto histórico, por adequarem-se às ideologias de cada época.

Os jesuítas foram os primeiros a exercerem a prática pedagógica no ensino do Brasil, todo o ato pedagógico era determinado pelo "ratiostudiorum", um estatuto pedagógico escrito por Inácio de Loiola, contendo regras que iam desde a organização escolar até orientações pedagógicas. As ideias pedagógicas constantes no *ratiostudiorum* deram origem à Pedagogia Tradicional. Os jesuítas expandiram sua Pedagogia por meio da música, do teatro e da dança, e tiveram grande contribuição nas artes. Lima (2011,) assinala que:

O método de estudos contido no Ratio compreendia o trinômio estudar, repetir e disputar, prescrito nas regras do Reitor do Colégio, e como exercícios escolares havia a preleção, lição de cor, composição e desafio, práticas pedagógicas essas que remetem diretamente à escolástica medieval, configurando-se como Pedagogia Tradicional, que na sua vertente religiosa, tornava a educação sinônima de catequese e evangelização.

Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil pelo Marquês de Pombal, pouco restou de prática educativa no Brasil, os jesuítas levaram consigo o *ratio studiorum* e Pombal encontrava-se mais preocupado em reerguer a economia portuguesa, que estava em decadência.

No período pombalino a prática pedagógica estava voltada para os interesses do Estado. Foram criadas as aulas régias, onde cada aula era autônoma com um único professor, não havendo interdisciplinaridade entre elas. Os professores eram mal remunerados e declarados proprietários de suas aulas para a vida inteira (BELLO, 2001, p.12). Saviani faz uma reflexão sobre o pensamento pedagógico no Brasil:

A partir de 1759, com a expulsão dos jesuítas, o pensamento pedagógico incorpora características das ideias iluministas expressas no despotismo esclarecido que comandou as reformas pombalinas da instrução pública. Essa orientação, que abriu espaço para as ideias pedagógicas laicas, teve sequência no decorrer do período imperial com a influência do ecletismo espiritualista, do liberalismo e do positivismo no pensamento pedagógico, tornando-se o vetor da política educacional com a proclamação da República. A partir daí, instala-se um Estado laico e, em consequência, é abolido o ensino religioso das escolas públicas. (2007, p.14)

A partir do final da primeira república é que surgem os profissionais da educação e inicia-se uma configuração mais sólida da prática pedagógica. Com o decorrer dos anos, muitos foram os educadores que entraram na luta pela reformulação da educação no Brasil. Até atingir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação no Brasil foi dominada pela elite, era o espelho da desigualdade social. Muito aconteceu para que ela se tornasse em um direito adquirido pelo cidadão, e para que o professor pudesse aplicar uma prática pedagógica condizente com o seu posicionamento perante as questões políticas e sociais.

Como se pode observar, a evolução da prática pedagógica se traduz na história da educação, ambas estão ligadas intimamente, não há como analisar o desenvolvimento das práticas pedagógicas sem resgatar a luta para transformar o sistema de ensino brasileiro em um instrumento a favor da cidadania.



## 2.2 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

A prática escolar garante a realização de atividades pelo docente. Sabe-se que ela não cumpre um papel estritamente pedagógico, pois, há uma função social implícita, que é atribuída à escola pela sociedade.

Ferreira (2006, p.19) define que “tendência pedagógica é uma inclinação por pensamentos e comportamentos pedagógicos lidos na história da educação ou mesmo em outras práticas pedagógicas hodiernas”. A forma como os educadores organizam os conteúdos ou escolhem as ferramentas a serem aplicadas em suas aulas, demonstram que eles têm pressupostos teóricos metodológicos implícitos na sua prática pedagógica.

A Pedagogia, como ciência do educador, não se limita apenas à reflexão de do processo educativo, ela entende a educação como um processo de interação entre sujeitos, produzindo o saber. A Pedagogia divide as tendências pedagógicas em duas possibilidades (FERREIRA, 2006): diretividade: quando há intencionalidade do professor com a finalidade de obter resultados de aprendizagem por parte dos alunos. O professor tem primazia sobre o aluno, é o orientador. Não-diretividade: não existe orientação pré-definida, mas as orientações vão ocorrendo de acordo com as necessidades dos envolvidos, nesse caso específico há uma condição de igualdade entre professores e alunos, pois ambos são aprendizes.

Para dar embasamento teórico a esta seção e revelar ao docente em qual tendência a sua prática se enquadra, será empregada a teoria do autor José Carlos Libâneo, que classifica as tendências pedagógicas em dois grupos: Liberais e Progressistas. Essa classificação teve como base, a postura sociopolítica do educador na escola.

A tendência liberal manifesta-se sutilmente nas práticas escolares e pedagógicas dos professores. Defende que a função da escola é preparar os indivíduos para realizarem papéis sociais, considerando as habilidades individuais. Dessa maneira, precisam apreender os valores e normas da sociedade (LIBÂNEO, 1994). A Pedagogia Liberal subdivide-se em: tradicional, renovada progressista, renovada não - diretiva e tecnicista.

A tendência liberal tradicional caracteriza-se por não relacionar a realidade do aluno com o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, o professor transmite o conhecimento ao aluno, e este o recebe sem qualquer questionamento, ou seja, impera o autoritarismo na relação professor-aluno. A escola responsabiliza-se pela propagação da cultura e da moralidade, seu papel está totalmente desvinculado dos problemas sociais, e os alunos que

porventura não alcancem os objetivos propostos devem se esforçar mais para acompanhar aqueles considerados mais capazes (LIBÂNEO, 1994).

O método utilizado é a aula expositiva, onde o professor expõe, analisa e faz associações com situações já existentes e aplica exercícios para a memorização do conteúdo ministrado. Trata a capacidade de assimilação da criança igual a de um adulto, sem levar em conta as características de cada idade.

De acordo com Vera (2010, p. 2) a tendência liberal renovada é baseada em um novo pensamento pedagógico que revolucionou o tradicionalismo da educação no Brasil. Compreende que a escola deve considerar as diferenças individuais, os interesses e as necessidades dos alunos, tratando-os como centro do conhecimento. Libâneo (1994) apresenta duas versões dessa tendência:

Renovada progressista ou pragmática: inspirada nos Pioneiros da Escola Nova tem como método de ensino, o ativo, defendendo a ideia de “aprender fazendo”, valorizando as tentativas experimentais<sup>2</sup>, propostas por Dewey, e posteriormente, desenvolvendo o “aprender a aprender”. Privilegia os estudos independentes e em grupo, selecionando uma situação vivida pelo aluno, que seja desafiante e que necessite de uma solução para um problema prático (VERA, 2010).

Renovada não diretiva: tem como foco o desenvolvimento pessoal e as relações interpessoais. A escola desempenha papel na formação de atitudes, revelando preocupação mais acentuada com problemas psicológicos. Os métodos utilizados cotidianamente são dispensados, propondo ao educador que crie um estilo próprio a fim de facilitar a aprendizagem dos alunos. Sugere uma educação centrada no aluno (LIBÂNEO, 1994).

A tendência liberal tecnicista tem como princípio atender os interesses da sociedade capitalista. A mesma foi introduzida no Brasil no final dos anos 60 para dar suporte ao regime militar, nesse momento o movimento da nova escola dá lugar ao tecnicismo, pelo menos oficialmente.

A sociedade industrial e tecnológica determina as metas e a educação fica encarregada de produzir mão de obra qualificada, portanto há uma vinculação com o sistema produtivo. Essa tendência baseia-se na teoria behaviorista<sup>3</sup>, corrente comportamentalista organizada por Skinner. Segundo VERA (2010, p. 2):

[...]o tecnicismo tinha como princípios a racionalidade, a eficiência, a produtividade e a neutralidade científica produzindo no âmbito educacional, uma enorme distância entre o planejamento, preparado por especialistas e não por professores, seus meros executores, e a prática educativa. Neste período, a escola passa a ter seu trabalho parcelado, fragmentado a fim de produzir determinados produtos desejáveis pela

sociedade capitalista e industrial. Muitas propostas surgem como enfoque sistêmico, o microensino, o tele ensino, a instrução programada, entre outras.

A tendência progressista surgiu na França em 1968, sendo consolidada no Brasil com a Revolução cultural. Snyders introduziu o termo “Pedagogia Progressista”, analisando criticamente a realidade social. A escola passa a ser enxergada como reprodutora da elite (VERA, 2010). Considerada um instrumento de luta dos professores por não ter como institucionalizar-se em uma sociedade capitalista. De acordo com Libâneo, a Pedagogia Progressista subdivide-se em três tendências: libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

A Pedagogia Progressista Libertadora foi iniciada na década de 60 por Paulo Freire. Este grande educador condena todas as formas de dominação e de autoritarismo nas relações sociais, e questiona a realidade das relações do homem com a natureza e com outros homens, a fim de concretizar transformações. De acordo com Vera (2010), os seguidores dessa tendência não tiveram uma preocupação com uma proposta pedagógica explícita, contudo, havia uma didática implícita, a discussão de temas sociais e políticos.

Os conteúdos de ensino são gerados a partir da prática de vida dos educandos, o importante é despertar uma nova formada relação com a experiência vivida. Adota como método de ensino, o “grupo de discussão”, cuja função é definir os conteúdos e a dinâmica das atividades a serem realizadas, é o professor que deve adequar-se às características de cada grupo, intervindo o mínimo possível.

A Pedagogia Progressista Libertária compreende que somente aquilo que foi vivido pelo aluno é incorporado e utilizado em novas situações, portanto, o saber só será aproveitado se puder ser usado em situações práticas (SILVA, 2010). Tem como foco a educação, critica a educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica que se materializa na criação de escolas autônomas. Delata o uso da escola como instrumento de dominação dos trabalhadores por parte do Estado. Propõe conceitos educacionais como o de “educação integral” e “ensino racionalista”. Percebe-se nesta tendência o princípio da sociedade democrática, que vai se firmando paulatinamente a partir da década de 80.

A Pedagogia Progressista Crítico-social dos conteúdos emerge na década de 80, também conhecida como Pedagogia Dialética (dialógica). Para Libâneo (1994) a valorização da escola como instrumento da apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, a escola é o primeiro passo para a transformação social, e seu papel

principal é de preparar o educando para situações diversas da vida adulta. Segundo Vera (2010, p.6) a tendência crítico-social dos conteúdos pode ser descrita da seguinte maneira:

[...]busca captar o movimento objetivo do processo histórico, uma vez que concebe o homem através do materialismo histórico-marxista, trata-se de uma síntese superadora do que há de significado na Pedagogia Tradicional e na Escola Nova, direcionando o ensino para a superação dos problemas cotidianos da prática social e, ao mesmo tempo, buscando a emancipação intelectual do aluno.

De acordo com Libâneo (1994), os métodos da pedagogia crítico-social dos conteúdos não partem de um saber artificial, nem do saber espontâneo, mas de uma relação direta com a experiência do aluno, relacionando as situações vivencia pelos alunos e confrontando-as com os conteúdos propostos pelo professor.

Conhecer a fundo cada tendência pedagógica é de suma importância para o profissional da educação, pois a teoria é parte integrante da prática, e é distinguindo cada tendência e relacionando-a com os elementos sociais que o educador construirá sua trajetória político-pedagógica, situando a sua própria prática, seu posicionamento, suas opiniões e aspirações.

### 2.3 O PAPEL DO EDUCADOR NO CONTEXTO ESCOLAR

A educação é um conjunto de saberes que envolvem os processos de ensinar e aprender, sendo fundamental para o convívio em sociedade e para desempenho do indivíduo. Dessa forma, o papel do educador é extremamente importante para a construção moral e intelectual do indivíduo. Mas como ensinar num período, cujas fontes de informação são tão acessíveis, negligenciando a importância do mestre durante o aprendizado?

Evidencia-se, cada vez mais, que o professor deve criar novas maneiras de motivar e buscar a participação dos alunos frente à sala de aula. Neste sentido, a valorização do cotidiano do aluno, a utilização de recursos lúdicos e do meio digital, através de recurso tecnológicos, tem sido alternativas para o despertar do conhecimento no ambiente escolar. Além disso, a relação professor/aluno é essencial para fortalecer o aprendizado, pois para aprender o aluno deve ter confiança no mestre, e por sua vez este adquire novos conhecimentos, mediante a interação com o educando. Segundo Freire (1996, p.77), “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo ensina”.

No entanto, o papel do professor é ainda maior, no qual, o mesmo deve ser o mediador do conhecimento adquirido pelos alunos na vivência social, na escola ou diante das redes de comunicações, orientando a investigação, provocando questionamentos, desafiando-os e auxiliando no ensino-aprendizado, ele não pode ser apenas um expositor de conteúdos e sim um provocador e desafiador, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

Por isso, é importante que o profissional do ensino reconfigure sua prática educativa e suas concepções, considerando que seus valores morais estão implícitos em sua prática, e que naturalmente repassam-nos aos educandos. Paulo Freire ressalta a capacidade que o educador possui de marcar a essência de seus alunos:

O professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996, p.73).

O educador deve assumir um papel incentivador da integração dos seus alunos com a prática educativa introduzida em suas aulas, mantendo uma relação de harmonia e de cumplicidade, onde ele conheça, nem que seja um pouco, a realidade na qual os educandos estão inseridos, verificando seus anseios, seus medos e sonhos. Dessa maneira fica mais fácil manter aproximação e aplicar técnicas que venham a contribuir para a capacidade de reflexão e para a construção da autonomia do aluno diante das mais diversas situações. Para Debald (2007, p. 86)

[...]o professor deve usar a criatividade em sala de aula para estabelecer um diálogo constante com a realidade para ter uma visão ampliada do que está acontecendo fora da sala de aula. Para tanto, é necessário que o professor diversifique sua prática pedagógica, incentive e estimule a aprendizagem, oportunizando que o aluno conheça e valorize o que está sendo estudado.

Diante do exposto acreditamos que o grande desafio atualmente seja o de estimular o educando a valorizar o estudo, pois os mesmos encontram-se muitas vezes vítima de suas famílias que pouco se preocupam de fazer a sua função de educadores transferindo isso apenas as escolas.

Nessa perspectiva Vasconcellos (2005) coloca que não podemos cair no erro de considerar que a escola é a única responsável pela organização social, na verdade a escola apenas reforça a realidade existente, ela ajuda no processo de discriminação social.

Diante deste panorama, cabe enfatizar que se todos os profissionais da educação não estiverem unidos no processo pedagógico, cada um exercendo sua função, fazendo da educação uma afirmação da aprendizagem construindo e reconstruindo o saber, completando e repensando o desenvolvimento do educando, com o compromisso ético de profissionais da educação preparando os indivíduos para a vida adulta, legitimando assim o papel de educadores.

A aprendizagem é uma ação que envolve uma seleção de significados, construídos nas relações que se estabelecem entres os envolvidos no processo, dessa forma o papel de educador é o de ensinar, fazer tudo para que o aluno aprenda, mudando a forma de trabalho e a avaliação utilizada, como ajuda e acompanhamento, no sentido de superação das dificuldades dando mais atenção aos alunos com déficit de aprendizagem, analisando resultados coletivamente principalmente revendo a sua prática.

Para evidenciar a importância do exposto Vasconcellos (2005, p.65) afirma que as novas ideias abrem possibilidade de mudanças, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática.

Em suma, o educador do novo milênio deve assumir um papel incentivador da integração dos seus alunos com a prática educativa introduzida em suas aulas, mantendo uma relação de harmonia e de cumplicidade, onde ele conheça, nem que seja um pouco, a realidade na qual os educandos estão inseridos, verificando seus anseios, seus medos e sonhos. Dessa maneira fica mais fácil manter aproximação e aplicar técnicas que contribuam para a capacidade de reflexão e para a construção da autonomia do aluno diante das mais diversas situações.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa será de caráter exploratório, cujo método é quantitativo. Tem como objetivo analisar a construção das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. As fontes de pesquisa são feitas em revista, jornais, livros especializados e sites disponíveis.

#### 3.2 ETAPAS DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

- Primeira etapa é a escolha e delimitação do tema proposto. Segunda etapa diz respeito a busca e literatura em livros, revistas, artigos, monografias, etc.
- Terceira etapa fará uma revisão na literatura escolhida, escolhendo o que melhor oferecer suporte bibliográfico.
- Quarta etapa fará juízo à interpretação e síntese do conhecimento na revisão literária e no estudo de caso.

A referida pesquisa é do tipo bibliográfica, pois segundo Gil(2002), esta pesquisa proporciona o maior aprofundamento do problema, tendo como principal objetivo o aprimoramento teórico. Assim percebe-se que esse estudo se mostra mais adequado para pesquisas que visam uma descrição dos principais conceitos e postulados de uma teoria, o que se adequa a esse trabalho.

#### 3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Inicialmente foi realizado um levantamento de informações através de consultas a livros, periódicos, artigos em sites científicos, que continham teorias relevantes a cerca do tema em estudo, buscou-se selecionar as principais temáticas a partir dos textos de Paulo Freire, Libâneo, Amália Reis, Regina Vera e entre outros para elaboração do trabalho em questão.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento cotidiano escolar e as práticas pedagógicas requer compromisso intelectual, pessoal, espiritual e ético de cada profissional compreender qual é o melhor caminho para enfrentar os problemas disciplinares e indisciplinados existente no contexto escolar.

Durante a pesquisa verificou-se que a prática escolar consiste em nos assegurar um bom trabalho de como conviver com as diferentes concepções em sociedade propondo de modo concreto que o melhor caminho é orientar os professores, devendo organizar e selecionar os conteúdos a serem trabalhados, não deixando de investir no coletivo, valorizar o ser humano tendo consciência de que a educação é prática cotidiana da escola e vida presente como parte da própria existência humana.

Reverendo as tendências pedagógicas em todo o seu contexto percebe-se que os desafios impostos pela nova configuração da prática educativa são oriundos principalmente de uma concepção por parte da comunidade acadêmica. Essa percepção ultrapassada provém da própria história da evolução da prática pedagógica no Brasil, onde a tendência predominante era a tradicional, que considera o professor como transmissor do conhecimento e o aluno o receptor passivo. É preciso investir cada vez mais em aperfeiçoamento para os docentes com intuito de melhoria em longo prazo de uma prática transformadora.

É função de a escola formar pessoas responsáveis, solidárias, honestas e altruístas. A preocupação em rever nossa prática é o ponto de partida para que se tenha um ensino de qualidade e uma equipe de profissionais comprometidos. O conhecimento adquirido na prática deve ser um meio para o aprofundamento das relações dos indivíduos consigo mesma, com a família e com a comunidade escolar. O equilíbrio intelectual e o afetivo são fundamentais no cotidiano escolar.

Com isso conclui-se que o docente encontra-se em uma redefinição constante da sua prática educativa, percebendo-se que há necessidade do mesmo possuir conhecimentos amplos sobre a pedagogia e área do conhecimento, sendo participante ativo de sua formação continuada. Mas, especialmente, deve se especializar na área em que desenvolve aptidões, permitindo reconhecer nos alunos as competências que lhe proporcionarão o desenvolvimento profissional e educacional.



## 5 REFERÊNCIAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em: 03 jan. 2014.

DEBALD, Fátima R. B. **TICs e prática pedagógica universitária**. Foz do Iguaçu. 2007. Disponível em: <http://www.uniamerica.br/pdf/geral/f11390d4cd.pdf> Acesso em: 08 jan. 2014.

FERREIRA, Valdivina Alves; GOBARA, S. T. **Dificuldades dos professores diante do uso pedagógico dos recursos da informática no ensino médio**. In: XIII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2006, Recife. Anais do XIII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife: UFPE, 2006. v.1. p. 1-13.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo; Paz e Terra; 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERA, Regina O A .**Tendências educacionais: concepção histórico-cultural e teoria histórico-crítica**. 2010 Disponível em: [www.unir.br/html/.../Vera%20Regina%20Oliveira%20Alves.doc](http://www.unir.br/html/.../Vera%20Regina%20Oliveira%20Alves.doc). Acesso em 30 dez. 2013.

LEAL, R. B. L. **A discussão contemporânea do saber-fazer do professor**. Universidade de Fortaleza. Programa de Capacitação e Atualização Pedagógica Permanente para Docentes da UNIFOR. Curso: A didática do ensino superior. Mimeo, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Cortez, 1994.

LIMA, Daniela F. C. F. **Ratio studiorum: método pedagógico dos jesuítas**. 5º Congresso de Pós-Graduação. 2011 Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/5mostra/5/31.pdf> Acesso em: 04 jan. 2014.

PAVÃO, S.M.O. ; GOMES, C.C. **Desafios do Professor: Abordagem dos Aspectos Relacionais da Prática Pedagógica**. 2010 In: <http://w3.ufsm.br/gtforma/estagio1/66a50c4974b39594ac2c15cd8ab874fb.pdf> Acesso em 06/01/2014.

REIS, Amália S. **Breve História da Legislação Educacional no Brasil**. 2011 Disponível em: [http://www.cefetsp.br/edu/eja/historia\\_legislacao\\_brasil.doc](http://www.cefetsp.br/edu/eja/historia_legislacao_brasil.doc) Acesso em 03 jan. 2014.

SILVA, Delcio B. **As principais tendências pedagógicas na prática escolar brasileira e seus pressupostos de aprendizagem.** 2010 Disponível em: [http://www.ufsm.br/lec/01\\_00/DelcioL&C3.htm](http://www.ufsm.br/lec/01_00/DelcioL&C3.htm) Acesso em 28 de dez. 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar.** 15ª ed. São Paulo. Liberdade 2005 – (Cadernos Pedagógicos do Liberdade; v.3)